

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.445 - MT (2019/0227068-2)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
**ADVOGADOS** : FAGNER DA SILVA BOTOF - MT012903  
EDYEN VALENTE CALEPIS - MT015005  
**AGRAVADO** : HUMBERTO AFFONSO DEL NERY  
**INTERES.** : RODRIGO ROSA DA SILVA  
**ADVOGADO** : HUMBERTO AFFONSO DEL NERY - MT006945

### EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA NO ART. 85, § 8º, DO NCPC. OCORRÊNCIA. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

### DECISÃO

RODRIGO ROSA DA SILVA (RODRIGO) ajuizou ação de cobrança contra PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (SEGURADORA), pretendendo o recebimento do seguro obrigatório no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em primeiro grau, a pretensão inicial foi julgada parcialmente procedente para condenar a SEGURADORA ao pagamento de 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) a título de seguro obrigatório, além do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor atualizado da condenação (e-STJ, fls. 108/112).

A Desembargadora relatora, em decisão monocrática, deu provimento ao recurso de apelação interposto por HUMBERTO AFFONSO DEL NERY (HUMBERTO) para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais para o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) [e-STJ, fls. 144/149].

O TJMT negou provimento ao agravo interno de HUMBERTO, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO INTERNO - RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - RECURSO PROVIDO MONOCRATICAMENTE PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO (e-STJ, fl. 168).*

# Superior Tribunal de Justiça

A SEGURADORA interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando a violação do art. 85, § 2º, do NCPC, por entender que o valor fixado a título de honorários advocatícios sucumbenciais é desproporcional e exorbitante quando comparado com o valor da condenação. Afirmou que o comando legal foi desobedecido por ser possível a sua fixação entre 10% a 20% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 180/188).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 284/290).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 291/293).

Nas razões do seu agravo em recurso especial, a SEGURADORA afirmou que não incide o óbice sumular apontado porque se pretende a fixação da verba honorária nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC (e-STJ, fls. 295/298).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 302/306).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da alegada ofensa ao art. 85, § 2º, do NCPC

A SEGURADORA sustentou a violação do art. 85, § 2º, do NCPC no que se refere a fixação da verba honorária sobre o valor atualizado da condenação.

O TJMT, ao fixar os ônus sucumbenciais no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), sustentou que os honorários sobre o valor da condenação corresponderiam a importância irrisória. Confira-se:

*Diante disso, os honorários fixados pelo Juízo em 20% sobre o valor da a quo condenação, corresponde à importância de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) que, mostra-se irrisório, devendo portanto ser majorado.*

*Assim, considerando o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o seu serviço e o irrisório proveito da causa,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tenho que os honorários devem ser fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais) (e-STJ, fl. 147).*

A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, na vigência do NCPC, os honorários advocatícios devem ser fixados pela equidade apenas nas hipóteses previstas no art. 85, § 8º, ou seja, nas causas de valor inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. Ocorrência. CONTRADITÓRIO PRÉVIO À SENTENÇA DE EXTINÇÃO EXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC, PRECEDENTE DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO Ocorrência. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*[...]*

*2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa. A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 983.554/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 14/8/2018, DJe 24/8/2018 - sem destaque no original)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO CONDENATÓRIO VERIFICADO. ORDEM DECRESCENTE DE PREFERÊNCIA. ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. CRITÉRIOS SUBSIDIÁRIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual, o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por*

# Superior Tribunal de Justiça

*apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo.*

2. *"A expressiva redação legal do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015 impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo" (REsp n. 1.746.072/PR, Relator p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).* 3. *É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).*

4. *Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1.342.003/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 2/9/2019, DJe 5/9/2019 – sem destaques no original)

Portanto, considerando que o caso em apreço se enquadra nas hipóteses previstas no art. 85, § 8º, do NCPC, por ser irrisório o proveito econômico, há motivo para a fixação dos honorários advocatícios com base na regra subsidiária.

Assim, em atenção às exceções previstas no art. 85, §8º, do NCPC, o valor da verba honorária sucumbencial fixado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso deve ser mantido no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator